

ATA Nº 154
Assembleia-Geral Ordinária
11 de março de 2017

Aos onze dias do mês de março de dois mil e dezassete realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da FGP, sito na Estrada da Luz, nº 30 A, em Lisboa, pelas 10h30, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Ponto 1 – Apreciação e votação da Ata nº 153, da Assembleia Geral Ordinária de 20 de novembro de 2016;

Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2016;

Ponto 3 – Apreciação e ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento;

Ponto 4 – Apreciação e ratificação do Regulamento Eleitoral da Federação de Ginástica de Portugal, aprovado em reunião de Direção de 28 de fevereiro de 2017;

Ponto 5 – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral.

Tomou a palavra o novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Guilherme Dray, cumprimentando os presentes, apresentando-se, bem como ao Vice-Presidente, Paulo Aparício e o Secretário, Ivan Ivanov. Lembrou alguns princípios básicos que regem a atuação da Assembleia Geral que é o órgão deliberativo máximo da Federação, nos termos dos respetivos Estatutos. Temos neste caso uma Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a convocatória oportunamente remetida. Quanto à composição da Assembleia Geral é de quarenta e oito Delegados. Podem participar outras entidades, nomeadamente, os restantes órgãos federativos. Em termos de deliberações, a regra é a maioria simples dos votos dos delegados presentes, salvo situação excecional, que hoje não se verifica.

O Presidente do Conselho de Ajuizamento, João Oliveira, solicitou que, o ponto três da ordem dos trabalhos fosse desde já tido em consideração e que se passasse para a apreciação prévia e apresentou a devida justificação. A mesa de Assembleia Geral e os delegados presentes concordaram.

No ponto três de ordem dos trabalhos, o Presidente do Conselho de Ajuizamento afirmou que, verificando-se o atraso com os cursos internacionais, com a saída de notas (que aliás ainda não saíram), não possuem a lista de nomes que possibilitem a apresentação de uma lista de juízes para o Observatório. Manifestou a opinião de que transitassem do ciclo olímpico anterior, as pessoas que já teriam estado a trabalhar com eles, para que garantissem um mínimo de realização de provas. Não tendo saído os nomes de todos os juízes, era impossível apresentar hoje uma lista completa. Propõe a ratificação da lista na próxima reunião da Assembleia Geral, para que seja ratificada a mesma com todos os nomes e de uma vez só.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou que, o ponto três tinha por objeto a apreciação e ratificação da lista de membros do observatório pelo Conselho de Ajuizamento, e se o próprio Conselho não os indica é por não estarem reunidas as condições para o fazer. Ficou deliberado, por unanimidade, que este ponto de ordem dos trabalhos será tratado numa próxima Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou para o ponto primeiro da ordem dos trabalhos, apreciação da ata número cento e cinquenta e três, que no essencial descreve o que

se passou na Assembleia Geral ordinária de vinte de novembro do ano dois mil e dezasseis, ainda que com outra mesa da Assembleia Geral.

O Delegado Nuno Aniceto pediu a palavra. Reconhece a dificuldade de elaboração das atas e lamenta que a sua intervenção sobre duas questões, sem grande importância, não constam na ata anterior. Também informou que a intervenção do seu colega Igor Ferreira foi mal transcrita e não se percebe o seu conteúdo.

O delegado Carlos Vaz sugeriu que quando se envia a ata para os delegados a mesma seja acompanhada com a lista dos delegados que estiveram presentes na respetiva reunião.

O Presidente da Federação informou que os projetos de ata não são enviados para a Direção e por este motivo não se pode pronunciar.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu as intervenções e esclareceu que o conteúdo da mesma não é da responsabilidade da Mesa atual.

A ata foi proposta a votação e aprovada por maioria com dezasseis votos favoráveis e três abstenções.

O Presidente de Assembleia Geral deu início ao ponto dois da ordem de trabalhos, apreciação e votação do Relatório de Atividades e Relatório de Contas do ano dois mil e dezasseis e passou a palavra ao Presidente da Federação de Ginástica de Portugal, João Paulo Rocha, que apresentou gráficos com indicadores relativos à distribuição dos filiados por modalidades. Referiu que, dentro das disciplinas competitivas, uma situação inegável: a ginástica acrobática “explodiu” em Portugal, duplicou o número de filiados nos últimos cinco anos, e isso é motivo de grande satisfação para a Federação, e naturalmente, para as pessoas mais ligadas à disciplina.

A FGP conta com cerca de dezoito mil ginastas filiados. Existe um crescimento muito acentuado. Relativamente ao número de clubes temos vindo a assistir nos últimos anos a uma tendência de crescimento. Relativamente às associações territoriais, verifica-se um crescimento em relação ao ano anterior, sem exceções, o que está em linha com o aumento tão acentuado de filiados em relação ao ano anterior.

Quanto à participação nos eventos nacionais, o Presidente expôs uma reflexão sobre dois motivos possíveis e afirmou ir enviá-la aos Delegados para, nomeadamente, abrirem a sua própria linha de investigação se o entenderem. Quanto a programas inovadores (PATAR) referiu que na época anterior houve uma redução, por questões financeiras, de investimentos nesta área. A Direção retomou o investimento no ano de dois mil e dezasseis. “É um projeto em que queremos apostar, e julgamos nós que consiste na via mais importante para um percurso de excelência no alto rendimento”.

Quanto ao apoio ao apetrechamento referiu não existir verba, tendo a mesma vindo via projeto olímpico. Referiu a necessidade de incrementar medidas que possibilitem o apoio nessa área. Reforçou a necessidade de qualidade. Quanto à formação: “tivemos um ano muito intenso, novecentos formandos e vinte ações. O ano passado houve apenas nove ações com cento e vinte e quatro formandos”. No ano de dois mil e dezasseis tivemos um volume financeiro enorme. O orçamento foi incrementado em mais de quatrocentos mil euros. Assumimos um risco em relação a este orçamento e não há grandes margens para desvio. Teremos de acompanhar a sua execução. “Em termos desportivos, os nossos ginastas

mostraram durante o ciclo que eram de nível mundial. Conquistamos várias medalhas em campeonatos do mundo e da Europa.”

Vários delegados usaram da palavra, lamentando nomeadamente o acesso tardio ao documento em apreço. Elucidando, o Presidente informou que existem dois fatores inultrapassáveis: o relatório de contas ser um processo internamente demorado que exige um acréscimo ao trabalho habitual. O aspeto financeiro demora ainda mais tempo. Tem havido um esforço para o apresentar o mais breve possível, mas, até agora, não há como responder atempadamente.

O delegado Luís Apolónia referiu que se sente constrangido de votar. Teve muito pouco tempo para analisar o relatório de contas do ano de dois mil e dezasseis, uma vez que o mesmo foi enviado uma semana antes da reunião e a versão final no dia anterior. Agradeceu o esforço alcançado pela Direção da FGP de diminuir os custos com exceção dos gastos de consumo administrativo e de marketing. Comparou as despesas das disciplinas olímpicas, onde se verifica que o valor orçamentado de cento e setenta e cinco mil euros foi ultrapassado e chegou a cento e noventa e oito mil euros e nas disciplinas não olímpicas os gastos foram menores. Dos cento e quinze mil euros foram gastos cento e treze mil euros e colocou a seguinte questão: “Será que cada vez mais se olha para as disciplinas olímpicas e as outras são deixadas a parte?”. O Presidente de Federação respondeu que o processo de encerramento das contas é muito demorado e não é possível fechar o ano financeiro antes do mês de fevereiro. No que diz respeito ao aumento da despesa nas disciplinas olímpicas dever-se-á ter em conta que estávamos no ano dos Jogos Olímpicos. Nas disciplinas não olímpicas a diferença é mínima.

O delegado Victor Varajão deu parabéns à Direção e a todos os funcionários pelo bom trabalho realizado no âmbito da gestão financeira. Informou que, com agrado, leu a notícia segundo a qual a Federação de Ginástica de Portugal estava no segundo lugar no ranking da Federação Internacional.

O delegado Nuno Aniceto também elogiou a Direção. Referiu que verificou significativas melhorias no programa informático “Gymbase” e nas suas funcionalidades que por sua vez facilitam muito o trabalho.

O Presidente da FGP fez questão de agradecer perante a Assembleia Geral o trabalho do Alexandre Pedro que no ano dois mil e treze desenvolveu o “Gymbase” a custo zero. Trata-se de um produto que no mercado custa várias centenas de euros.

O delegado Gonçalo Marques também elogiou o trabalho realizado e os resultados alcançados pela equipa da Federação.

O Presidente Mesa da Assembleia Geral propôs a votação do orçamento, submetendo os relatórios de atividade e de contas à aprovação. Os dois documentos foram aprovados por unanimidade, com 20 votos a favor.

No ponto quatro de ordem dos trabalhos posta a apreciação e ratificação o Regulamento Eleitoral da Federação de Ginástica de Portugal aprovado em reunião de Direção de vinte e dois de fevereiro do ano dois mil e dezassete. O Presidente da FGP esclareceu sobre as alterações efetuadas e que foram solicitadas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), no decorrer da solicitação de renovação do estatuto de utilidade pública desportiva,

para corrigir pequenas desconformidades com a Lei. O documento foi aprovado por unanimidade, com 20 votos a favor.

No ponto cinco de ordem dos trabalhos, assuntos diversos, não sujeitos a deliberação e que possam ser relevantes para serem discutidos nesta Assembleia Geral foram registadas dezoito intervenções dos delegados.

O delegado José Carlos Manaças falou sobre as faltas dos membros da Assembleia Geral eleitos que não comparecem nas reuniões e sugeriu que os mesmos devem justificar as suas ausências. Referiu ainda que, no caso de Ginástica Artística, os novos juízes que concluíram o curso não são convocados para as competições.

Segundo o delegado Pedro Almeida no início de cada novo ciclo olímpico são formados muitos novos juízes. O fato de não serem convocados é a causa do seu afastamento.

Outro delegado lembrou que, segundo o regulamento de juízes, um dos critérios é a convocação dos melhores juízes. Na sua opinião o documento deve ser revisto pelo Conselho de Ajuizamento e o órgão deve elaborar um planeamento anual. O ranking não é o único critério. Todos os juízes devem ser convocados pelo menos uma vez.

A delegada Ana Zacarias partilhou a mesma opinião e acrescentou que este planeamento não deve ser só anual. Deve ser plurianual, abrangendo o ciclo olímpico, incluindo as competições nacionais e internacionais.

Segundo outro membro da AG, uma vez que saíram duas listas dos resultados, uma provisória e outra definitiva, a Federação deve informar as Associações Territoriais e fornecer os contactos para ser facilitado o contacto com os juízes. Na opinião do delegado David Silva a renumeração dos juízes deve ser revista.

Nas provas distritais da Associação de Ginástica do Algarve muitas vezes se conta com dois, três juízes recém-formados e por isso não está garantida a qualidade de ajuizamento o que prejudica o apuramento para os Campeonatos Nacionais. Afirmou que, até ao momento, não há uma verdadeira carreira de juiz.

O delegado Vítor Duarte também falou sobre o ajuizamento e a renumeração. Informou que já há oito anos que em Santarém não é realizado um curso de juízes e concorda com a revisão do Regulamento.

Pedro Almeida reconhece que os recursos financeiros não chegam para tudo, mostrou a sua preocupação com o facto de existirem distritos com dificuldade em organizar provas de Ginástica Artística, como é o caso de Lisboa, e perguntou se há soluções.

O Presidente de Federação respondeu que está em curso a construção da Casa de Ginástica, em Odivelas, e esclareceu como está organizado e a decorrer todo este processo. A mesma terá valências que até hoje não existem em Lisboa. Quando a negociação ficar concluída, a Direção vai informar a Assembleia, o que em concreto se pretende implementar.

Na pergunta do delegado Carlos Vaz de qual será o local de realização da Festa Nacional de Ginástica, o Presidente informou que será na cidade de Faro.

Acrescentou ainda que, a Direção entende como muito positivo a elaboração de um Regimento da Assembleia Geral, e caso haja interesse sugeriu a constituição de um pequeno grupo de trabalho que terá todo o apoio necessário.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 12h40.

Estiveram presentes 20 (vinte) Delegados, conforme lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in black ink, reading "Guilherme Machado Dray". The signature is written in a cursive, flowing style.

Guilherme Machado Dray